



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 19 de março de 2011

A CRITICA GUERRA FISCAL..... ECONOMIA	1
AMAZONAS EM TEMPO Mais de 1,7 mil vagas em 2011 ECONOMIA	2
AMAZONAS EM TEMPO SÉRGIO FROTA..... PLATÉIA	3
AMAZONAS EM TEMPO CAPA	4
DIÁRIO DO AMAZONAS Órgãos públicos ignoram Estado laico AMAZONAS	5
DIÁRIO DO AMAZONAS Órgãos públicos ignoram Estado laico (continuação)..... AMAZONAS	6
DIÁRIO DO AMAZONAS Indústria lidera processos no MPT..... AMAZONAS	7
MASKATE Fala Sério! OPINIÃO	8
MASKATE Suframa avalia efeitos dos acontecimentos no Japão na produção do PIM..... ECONOMIA	9
MASKATE Agora é pra valer: Exército assume BR 319..... ECONOMIA	10
MASKATE Economia informal já supera R\$ 650 bilhões ECONOMIA	11
MASKATE Economia informal já supera R\$ 650 bilhões (continuação)..... ECONOMIA	12

GUERRA FISCAL

SP reduz o ICMS para linha branca

O governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, assinou ontem um decreto que reduz de 18% para 7% o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado dos fabricantes de produtos da linha branca (fogões, geladeiras, lavadoras e tanquinhos). A medida foi anunciada pela manhã no Palácio dos Bandeirantes, em cerimônia de prorrogação do chamado "Outono Tributário", um pacote de incentivos fiscais que reduz ou isenta o ICMS de diversos produtos produzidos no Estado de São Paulo.

Alckmin anunciou ainda a redução de 12% para 7% do ICMS para a indústria de placas de madeira (também chamadas de MDF). As medidas são válidas

até 31 de dezembro de 2012 e beneficiam, segundo o governador, mais de 58 mil empresas.

REFLEXOS NO PIM

Linha branca é um dos segmentos que mais cresceu no Polo Industrial de Manaus no ano passado. No final de 2010, a Whirlpool conseguiu aprovação para ampliar sua linha em Manaus, com a produção de lava-louças - um projeto com investimentos de R\$ 33 milhões e geração de 80 empregos diretos.

A empresa, líder do mercado latino-americano de eletrodomésticos, com as marcas Brastemp, Consul e KitchenAid, tem fábrica em Rio Claro (SP), mas escolheu Manaus para instalar a 1ª linha nacional do produto.

Mais de 1,7 mil vagas em 2011

Até dezembro, a sul-coreana do parque fabril de Manaus deve fechar com um quadro funcional de quatro mil empregos diretos

RICHARD RODRIGUES
Equipe do EM TEMPO
richard@emtempo.com.br

Para garantir o avanço na produção de 16% neste ano, a Samsung deu a largada nas contratações no Polo Industrial de Manaus (PIM). A expectativa é de que, até o fim do ano, sejam admitidos na unidade da sul-coreana no parque fabril local 1.750 trabalhadores. As contratações vão ocorrer por conta da expansão das linhas de produção da multinacional.

De acordo com o vice-presidente de Novos Negócios da empresa, Benjamin Sicsú, as contratações já iniciaram no PIM e terão ritmo acelerado até dezembro. "No ano passado, a empresa era responsável por 2,2 mil postos de trabalho na unidade de Manaus, quantidade que até este momento já atingiu 3.250 postos", destacou. "Porém, a meta é de que esse número chegue a quatro mil empregos no Amazonas", completou.

Conforme a multinacional, a mão de obra será utilizada em todas as linhas de produção da empresa, além das novas linhas de operações que devem ser abertas ao longo do ano. "Algumas linhas de produção, como os painéis de LED, certamente vão crescer e a empresa já está

se preparando para atender às demandas do mercado", salientou o vice-presidente de Novos Negócios.

Sicsú destacou ainda que a sul-coreana vai abrir uma linha de produção de prensas de metal, onde serão fabricados componentes para os seus produtos, que se juntarão aos espaços já existentes da empresa, como os setores de injeção plástica e molduras de TVs. O processo de ade-

A unidade local da empresa sul-coreana se ajusta para receber novas linhas de produção, como a de prensas de metal

quação na unidade já iniciou para receber as novas linhas e a expansão das já existentes. "Alguns equipamentos já estão em fase de montagem, enquanto outros ainda estão prestes para chegar a Manaus", observou.

Contratação aquecida

Na 'carona' do ano passado, as contratações na Samsung não 'estancaram',

uma vez que a empresa já começou 2010 com ritmo acelerado. "Geralmente as admissões acontecem, principalmente, a partir de junho, mas desde janeiro a Samsung está contratando", relatou Sicsú, ao ressaltar que, pelo desempenho registrado por conta das contratações no ano passado, a empresa foi contemplada com o prêmio

Cunhantã, que homenageia as empresas personalidades do PIM.

Segundo o dirigente, dos 3.250 colaboradores da empresa, aproximadamente cem trabalham na área de logística da empresa, que também passará por ampliação neste ano. Com relação aos demais postos, ele afirmou que os colabora-

dores estão distribuídos nas demais áreas.

Já no que diz respeito à produção, as expectativas também são positivas. "Fechamos 2010 com 12 milhões de produtos industrializados em Manaus, e a meta é que esse número ultrapasse 14 milhões neste ano", projetou o vice-presidente de Novos Negócios da empresa.

Ao que tudo indica, não é apenas um item na sul-coreana que deverá obter sucesso de produção deste ano. "Câmaras fotográficas, condicionadores de ar split, HDs, painéis LEDs, entre outros produtos, deverão ter aumento de produção até dezembro", comentou o dirigente da Samsung, ao sinalizar o lançamento de novos produtos nos próximos meses.

SÉRGIO FROTA

Fórum

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira abrirá o ciclo de palestras do 2º Fórum Mundial de Sustentabilidade, promovido pelo Lide que acontecerá de 24 a 26 de março, em Manaus. Também participará do debate Bill Clinton, Arnold Schwarzenegger e Richard Branson. A ideia é tornar o fórum, em três anos, referência para a sustentabilidade, assim como Davos se tornou para a economia.

Educação

Deputado Átila Lins pediu o apoio do vice-presidente Michel Temer, para o projeto que apresentou propondo a criação da Universidade do Alto Solimões, que atenderá a nove municípios do Amazonas.

Feira

Já podem ser feitas as reservas de estande, para a 6ª Feira Internacional da Amazônia, que a Suframa e o Ministério do Desenvolvimento promovem, de 26 a 29 de outubro, em Manaus.

CAPA

MPT Estatística do Ministério Público do Trabalho no Amazonas (MPT/AM) revela que a indústria local lidera os processos abertos pela instituição contra exposição de trabalhadores a riscos no ambiente de trabalho. Com o crescimento do número de processos no setor, o MPT pretende direcionar suas ações para o Polo Industrial de Manaus (PIM). Objetivo é fazer uma fiscalização em massa, principalmente nas empresas com o maior número de funcionários acidentados. | **AMAZONAS12**

Órgãos públicos ignoram Estado laico

Clarice Manhã
Da Redação
Manaus, Amazonas

A Constituição Federal diz que o Estado é laico, não religioso, mas, no Amazonas, são comuns as manifestações religiosas em prédios públicos. A presença de imagens de Jesus Cristo, crucifixos e santuários nos tribunais, parlamentos e órgãos federais divide opiniões e é alvo de discussões.

Segundo o Artigo 19 da Constituição Federal, "É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

Com aproximadamente 70 centímetros de comprimento, um crucifixo dourado, de design simples, ornamenta o plenário da Assembleia Legislativa do Estado (ALE). Na presidência da Casa há quase dois meses, Ricardo Nicolau (PRP), que é católico, disse que ainda não teve tempo de avaliar a questão. Ele justificou que o símbolo faz parte da decoração desde que o prédio foi inaugurado, quando o deputado Belarmino Lins

"Se a coisa pública é de todos, é uma forma de discriminação impor a crença de quem administra aquela entidade".

Do professor de História Allan Diego Dantas.

(PMDB) era o presidente.

O vice-presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, Domingos Chalub, argumenta que a imagem da crucificação de Cristo no plenário onde os desembargadores julgam os processos não desrespeita a Constituição Federal, porque é uma manifestação cultural. "A Constituição também evoca a proteção divina para o País. Não haveria espaço para ornamentos de todas as religiões. Quem não se sente representado deve se esforçar para colocar pessoas do mesmo credo em cargos públicos", disse.

Na Suframa, a ex-superintendente Flávia Grosso construiu um pequeno santuário de adoração para Nossa Senhora de Fátima, no salão de entrada do órgão federal. Em nota, a superintendente informou que o Estado laico não deve ser entendido como uma instituição antireligiosa.

No plenário do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM), há uma escultura de quase um metro que ilustra a crucificação de Jesus Cristo, bem acima da cadeira onde senta a presidente Graça Figueiredo.

Para a promotora Luciana Gadelha, apesar da Constituição invocar a proteção divina em seu preâmbulo, o que deixa em aberto a presença de crucifixos em plenários, por exemplo, o Estado laico não pode dar nenhum tipo de preferência para determinada ou específica religião.

O padre Inácio dos Santos afirma que a Constituição Federal também garante a liberdade de expressão e liberdade de credo. Desta forma, ele avalia que a exposição de manifestações religiosas nos espaços públicos está amparada na lei.

O professor de História Allan Diego Dantas diz que as manifestações religiosas no espaço público desrespeitam

os cidadãos que não seguem estes dogmas. "Se a coisa pública é de todos, é uma forma de discriminação impor a crença de quem administra aquela entidade. Acho isso revoltante".

Para o sociólogo Daniel Cauê, a discussão sobre o Estado laico vai além das manifestações religiosas em tribunais e casas parlamentares. Ele ressalta o uso do discurso religioso no meio político, co-

mo forma de identificação com uma camada da sociedade para atrair voto. "Cada vez mais ouvimos expressões como 'com a graça de Deus' e outras deste gênero dos nossos governantes. Em pleno século 21 vemos que a religião ainda é usada como ideologia e mercadoria, como nos tempos da idade média".

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Órgãos públicos ignoram Estado laico (continuação)

Relação com símbolos católicos é histórica no Brasil

A historiadora Mariana Alves explica que a Constituição outorgada de 1824 estabelecia a religião Católica Apostólica Romana como oficial do Império. Naquela época, o Catolicismo era a crença oficial. “Todos os outros cultos só eram permitidos em propriedade particular, sem forma exterior de templo”, afirma.

O Brasil só passou a ser considerado laico quando a República foi constituída, em 1890. A primeira Constituição do País, há 121 anos, consagrou a ampla liberdade de crença e cultos religiosos em todo território nacional. No entanto, para a historiadora, culturalmente, o Brasil se manteve como um País católico, até a contemporaneidade, inclusive com feriados nacionais em homenagem ao calendário do Catolicismo, como a Semana Santa e dia de Nossa Senhora Aparecida, considerada padroeira da Federação.

Mariana observa que há aproximadamente duas décadas, com a expansão de outras religiões, especialmente as evangélicas, e dos cidadãos que se declaram sem credo, a exposição de imagens católicas passou a ser discutida na sociedade. A historiadora ressalta que este debate não reflete somente a evocação do Estado laico previsto na Constituição Federal e evidencia a busca por representatividade dos outros cultos.

“Existe sim um movimento que questiona a manifestação religiosa em espaço público, mas também vemos que representantes de outras religiões querem ser prestigiados com homenagens a suas deidades. Nesse caso, qual seria o critério para escolher um santo, um orixá ou um pastor para enfeitar um tribunal?”, questiona Mariana Alves.

Indústria lidera processos no MPT

POLO INDUSTRIAL DE MANAUS VAI SER ALVO DAS FISCALIZAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DO AMBIENTE DE TRABALHO

Rosana Villar
Da Redação
Manaus, Amazonas

A indústria lidera os processos do Ministério Público do Trabalho (MPT) de exposição de risco ao trabalhador entre os 360 procedimentos abertos em 2010 e os 24 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados com as empresas. A informação é do procurador-chefe do órgão, Jorsinei Dourado do Nascimento.

Com o crescimento dos processos no setor, o MPT pretende direcionar suas ações para o Polo Industrial de Manaus (PIM). "Vamos fazer um trabalho de fiscalização de massa, principalmente naquelas empresas que registram grandes números de acidentes e afastamentos do trabalho, conforme informações do INSS. Queremos fazer um

trabalho de mudança na melhoria do meio ambiente de trabalho destes locais", afirma Nascimento.

Segundo Nascimento, no ano passado o MPT arrecadou cerca de R\$ 2,5 milhões em multas emitidas para empresas que descumprem a legislação trabalhista, mas existem cerca de R\$ 100 milhões em multas aguardando decisão judicial.

Outro problema que receberá atenção especial do Ministério Público este ano será o combate ao trabalho escravo, que, segundo o procurador-chefe, tem crescido no Amazonas.

No ano passado a coordenação do MPT que analisa estes casos recebeu 19 casos de situações de trabalho análogo ao da escravidão. Este ano já são oito casos.

De acordo com Jorsinei, o crescimento do número de casos deste tipo está estrita-

mente relacionado à exploração ilegal de madeira. O procurador lembrou que no ano passado, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), entregou um relatório apontando o Amazonas como a última fronteira do

País desse tipo de crime.

"O que sobrou de floresta está aqui e historicamente o Amazonas nunca foi alvo de desmatamento, assim a fiscalização também é pequena. Com isso, o desmatamento começou a avançar

para o Estado e o trabalho escravo está muito ligado ao desmatamento", explica.

Para o procurador-chefe, combatendo o trabalho escravo nestas atividades é possível quebrar a cadeia produtiva e criminosa gerada pelo desmatamento, que inclui desde o explorador ilegal até as cidades que se formam a partir desta exploração, onde são comuns outras práticas criminosas.

O MPT atua na investigação de denúncias e na manutenção das leis de trabalho. O órgão recebe denúncias trabalhistas coletivas de qualquer natureza, seja por falta de pagamento de salários até exploração de trabalho infantil.

Qualquer pessoa pode procurar o MPT e, segundo o procurador-chefe, a identidade do denunciante é mantida em sigilo.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Fala Sério!

Flávia e Eduardo



A superintendente da Suframa, Flávia Grosso, não esconde o constrangimento de ver sua continuidade à frente da autarquia vinculada exclusivamente ao senador Eduardo Braga, seu padrinho político. A economista teme que o imbróglio político-partidário sirva de nuvem de fumaça para tornar difusos os acertos de sua gestão, que não são poucos.

Padrinho fraco

Contra seus propósitos, está a articulação de João Pedro Gonçalves, senador substituto, que trabalha para promover José Alberto Machado, um técnico de alto nível, que já ocupou a vaga de superintendente adjunto de Planejamento. O padrinho é fraco mas o currículo de Machado é, extraordinariamente, bem fornido.

Encalço e cangote

Quando chegar a Manaus nessa terça-feira, Dona Dilma terá o PT de João Pedro no seu encalço, e a arrogância do senador mocoirão, Bocão Primus et Unicus, em seu cangote, com licença de Bob Duarte. Vade retro, beibe...



Rasteira fatal

Além da Suframa, Cigás e outros pendurados, o senador mocoirão atua freneticamente, e com absoluta discricção, no processo de descredenciamento e desmoralização de seu ex-guru, o prefeito Amazonino. Em todas as esferas e negócios, além de espaços cativos na mídia a ordem é aplicar uma rasteira fatal no Negão.

Suframa avalia efeitos dos acontecimentos no Japão na produção do PIM

Suframa avalia efeitos dos acontecimentos no Japão na produção do PIM

A Suframa está analisando os efeitos da catástrofe ocorrida no Japão nos últimos dias sobre a produção das empresas do Pólo Industrial de Manaus. "De imediato não deve haver grande impacto, porém vamos avaliar a situação caso a caso", comentou a superintendente da autarquia, Flávia Grosso, considerando que muitas empresas japonesas instaladas no PIM dependem de insumos de suas matrizes, mas costumam manter algum estoque para o período de 30 a 60 dias. Ela também destacou que, de forma geral, as principais empresas japonesas instaladas no PIM têm um alto grau de nacionalização e de regionalização das eta-

pas de produção.

"Lamentamos a tragédia e nos solidarizamos com a comunidade nipônica, que hoje reúne cerca de 32 empresas no PIM, especialmente dos segmentos de eletroeletrônicos e de duas rodas, e uma comunidade de 1.000 famílias no Amazonas, entre japoneses e descendentes", disse a superintendente. Embora considere prematuro avaliar a situação de forma mais abrangente, uma vez que haverá impacto na economia japonesa, Flávia Grosso afirma que a Suframa obterá informações mais detalhadas das empresas do polo que têm relação comercial com o Japão para verificar os reflexos na produção local.

Agora é pra valer: Exército assume BR 319

O Exército brasileiro vai se transformar no guardião da BR-319, a chamada estrada da integração, que liga Manaus a Porto Velho. Já está na mesa da presidente Dilma Rousseff a proposta de decreto que transfere aos "soldados verdes" a responsabilidade de fazer a manutenção e conservação dos 870 quilômetros da Estrada-Parque quando ela estiver completamente asfaltada em 2013. Essa presença do Exército e todas as ações de proteção ao meio ambiente para impedir os danos com a construção da Manaus-Porto Velho, incluindo-se aí as

dez diretrizes impostas pelo Ministério do Meio Ambiente, ocorrerão paralelamente ao processo de licenciamento ambiental, travado há três anos no Ibama/MMA. A novidade é que o Ministério dos Transportes (MT) resolveu tirar o caráter político-eleitoral e a disputa ideológica em torno da BR-319 e tratar a obra de forma técnica e ambientalmente sustentável.

No próximo mês de setembro, atendendo a uma exigência dos órgãos ambientais licenciadores, o Dnit volta a campo para complementar os estudos de impacto am-

biental (Eia-Rima), elaborado pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e rejeitado pelo Ibama. Vão recolher mais amostras da fauna típica da estiagem (seca). O secretário de Gestão do MT, Miguel Masella, diz que é possível concluir essa fase e obter a Licença Prévia (LP) até o final deste ano. "A gente vai fazer esse levantamento, em setembro, e aí tem outubro, novembro e dezembro para que o Ibama faça a análise e conceda a licença prévia. Claro que quem define os prazos é o Ibama, mas isso é factível", diz Masella.

A intenção do Ministério dos Transportes é, com a LP nas mãos, abrir o processo de licitação dos 370 quilômetros do trecho do meio (Km 250 ao Km 656).

No início de 2011, novamente o Dnit retornou à BR-319 para fazer a coleta de fauna do período chuvoso. "Como não dá para fazer obra nessa época (a partir de janeiro), vamos trabalhar em duas frentes: o levantamento da fauna da chuva e a licitação que é a melhor época de fazer porque não se pode trabalhar com máquinas na estrada", diz o secretário do MT.

Pró-Amazônia: Indústrias pedem mudanças no transporte de carga

A Ação Pró-Amazônia, formada pelas Federações de Indústrias dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, entregou ao governo federal, um amplo estudo sobre os gargalos logísticos da região. Para o evento, que ocorrerá na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, foram convidados autoridades dos nove estados que compõem a Amazônia Legal, além dos ministros dos Transportes, do



Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Minas e Energia, da Agricultura, Pecuária e Abasteci-

mento e representantes da Secretaria dos Portos.

Realizado em parceria com a CNI, o estudo detalha as obras necessárias para

facilitar o transporte de mercadorias na região, reduzindo os custos de escoamento da produção e aumentando a competitividade da Amazônia Legal. Intitulado Norte Competitivo, o trabalho, desenvolvido pela consultoria Macrologística, especializada em projetos de infraestrutura logística, contém um amplo diagnóstico e aponta soluções envolvendo todos os modais de transportes (ferrovias, hidroviárias, rodovias, dutovias, portos e aeroportos).

Pólo Naval começa a ser delineado

Todas as empresas que têm atividades na margem esquerda do Rio Negro serão fiscalizadas, até junho, pelo Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (Ipaam) que vai atestar se elas estão seguindo os critérios previstos na legislação ambiental, segundo infor-

mou o presidente do órgão, Ademir Stroski.

O trecho que o Ipaam deve analisar começa na margem do tombamento provisório do Encontro das Águas, zona sul de Manaus, e se estende até o início do bairro Educandos, na mesma zona. De acordo com Stroski, uma equipe de

técnicos do Ipaam vai começar, nos próximos dias, um levantamento detalhado do estado em que se encontra cada empresa instalada no lugar e em até 60 dias, vai apresentar um relatório detalhado sobre as alterações que as empresas terão que fazer para se enquadrar na

legislação. "Toda a área da orla, não só daquela parte, mas de toda a cidade, pertence à União. E a parte que cabe ao Ipaam é verificar a questão ambiental e do espaço. As empresas que não estiverem dentro da lei terão que se adequar ou deixar o lugar".

Economia informal já supera R\$ 650 bilhões

Depois de cinco anos consecutivos (entre 2003 e 2008) crescendo menos que o Produto Interno Bruto (PIB), a economia subterrânea - negócios decorrentes de empreendimentos informais não informados aos governos - passa a crescer este ano na mesma velocidade que a

economia formal do País, segundo o Índice de Economia Subterrânea. O total movimentado pela economia subterrânea ultrapassa agora R\$ 650 bilhões em 2010.

Com a revisão de 2009 e atualização para 2010, o indicador foi divulgado nesta quinta-feira (25) pelo Instituto

Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), em conjunto com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). De acordo com a pesquisa, a curva da relação do índice com o PIB parou de cair, mostrando uma tendência de estabilização na casa dos 18,6%. "Isso signifi-

ca que, nos últimos três anos, a economia subterrânea cresce na mesma proporção que o PIB brasileiro, o que é preocupante para a economia do País", diz o comunicado. O índice leva em conta uma previsão de crescimento de 7,5% do PIB este ano e inflação de 5% em 2010.



Valores absolutos

"A divulgação de valores absolutos é fundamental para que não se tenha a visão equivocada de que a estabilização em relação ao PIB é positiva. A exemplo de 2009, este ano mais R\$ 656 bilhões devem ficar à margem da economia formal brasileira", diz Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do Ibre/FGV e responsável pelo estudo. Em julho deste ano, o Ibre/FGV e o ETCO divulgaram que os valores estimados em reais, em 2009, atingiram R\$ 578 bilhões, equivalente ao PIB da Argentina.

Na avaliação do presiden-

te executivo do ETCO, André Franco Montoro Filho, o crescimento da economia tem um duplo e antagônico efeito sobre a informalidade. "De um lado o crescimento gera uma modernização institucional que estimula a formalização das atividades econômicas, mas de outro o crescimento da renda aumenta o consumo de bens e serviços, inclusive os produzidos na economia subterrânea".

"Os resultados divulgados indicam que o segundo efeito tem sido predominante nos últimos anos", acrescentou Montoro Filho.

Caixa amplia crédito em R\$ 200 milhões para micros



A Caixa Econômica Federal informou nesta quinta-feira (5) ter aderido ao Fundo de Garantia de Operações (FGO) com o objetivo de oferecer até R\$ 200 milhões em empréstimos ao pequeno e microempresário. "A iniciativa ampliará o acesso ao crédito para empresas com faturamento fiscal de até R\$ 15 milhões. As taxas da operação foram reduzidas em média 30% com a utilização da garantia do FGO", acrescentou o ban-

co público, sem citar, porém, quais os valores que serão cobrados das empresas.

Segundo a Caixa, o FGO foi criado com o objetivo de garantir parte de empréstimos concedidos pelas instituições financeiras cotistas do fundo, o que proporcionará "flexibilização das garantias e redução das taxas de juros efetivas das operações". O limite máximo de garantia prestada pelo fundo é de até 80% do valor emprestado.

Economia informal já supera R\$ 650 bilhões (continuação)

Crédito parcelado para capital de giro

A Caixa informou que está sendo disponibilizado crédito parcelado para capital de giro com prazo de até 24 meses e taxa prefixada. O Crédito Especial Empresa FGO, segundo o banco, está disponível em todas as agências espalhadas pelo país.

"A adesão ao FGO possi-

bilitará atendimento àquelas empresas que hoje não possuem acesso ao crédito, permitindo que a Caixa continue cumprindo seu papel de instituição pública no desenvolvimento econômico do país", afirmou o superintendente nacional de Micro e Pequena Empresa da instituição, Zaquieu Soares.

Pequenas empresas com novo crédito para exportação

As micro e pequenas empresas terão mais uma alternativa de financiamento à produção de bens e serviços a serem exportados. O ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) criou nesta sexta-feira (30) uma nova modalidade do Programa de Financiamento às Exportações - o Proex pré-embarque -, que vai financiar empresas com faturamento anual de até R\$ 60 milhões. Os exportadores poderão receber o dinheiro até 180 dias antes do embarque.

O Proex-financiamento, no modelo atual, só financia a comercialização das exportações já embarcadas. Ou seja, ele serve para antecipar à empresa o pagamento das vendas. A diretora dos programas de

financiamento do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig), Lúcia Helena Monteiro Souza, explicou que as empresas de menor porte precisam de recursos ainda na fase de produção. "Esta medida atende os pequenos que não têm acesso ao mercado bancário", afirmou. As empresas, após realizarem a exportação e quitarem o financiamento do pré-embarque, ainda podem solicitar a linha de crédito do pós-embarque. O pequeno exportador, no entanto, pode ter dificuldades para operar a nova modalidade do Proex. Lúcia Helena explicou que estão sendo feitos ajustes nas apólices do seguro de crédito com garantias do Tesouro (Fundo de Garantia às Exportações - FGE).